

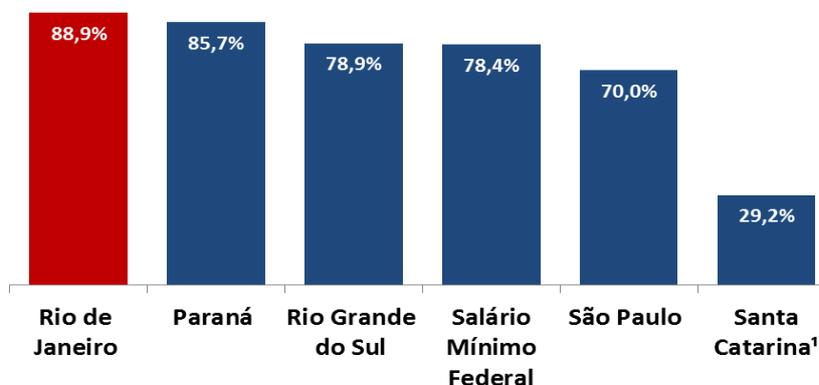
➤ Piso Salarial do Estado do Rio

A Constituição Federal autoriza os estados a instituir, através de lei, pisos salariais regionais. No Estado do Rio de Janeiro, o chamado piso salarial existe desde 2001 e a lei que o rege é renovada anualmente. Ou seja, enquanto o salário mínimo nacional segue fórmula de reajustes (que incorpora a recomposição da inflação e um ganho real advindo do crescimento do PIB), no estado do Rio de Janeiro, não há regra, o que introduz incertezas no mercado de trabalho fluminense.

A definição do piso salarial é decisiva para o desempenho do mercado de trabalho, uma vez que a fixação de um valor ou reajuste acima das condições de mercado pode criar incentivos à informalidade e barreiras à geração de empregos. Por isso, três questões fundamentais precisam ser levadas em consideração: **i) o reajuste do piso salarial nos últimos anos; ii) o nível salarial do estado em relação ao salário mínimo e aos salários praticados em outros estados e iii) a conjuntura econômica na qual a decisão está inserida.**

O histórico de evolução do piso salarial fluminense mostra que este tem crescido muito acima do mínimo nacional e dos pisos praticados nos outros estados - Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Nos últimos 6 anos, o piso salarial fluminense cresceu 89% em termos nominais, frente a 78% do salário mínimo federal, ou seja, a diferença entre os dois aumentou. Vale ressaltar ainda que o piso fluminense cresceu muito mais do que o praticado na maior economia do país, São Paulo, onde o crescimento do piso salarial no mesmo período foi de 70%.

Gráfico 1 Variação Piso Salarial Estadual - 2007-2013¹



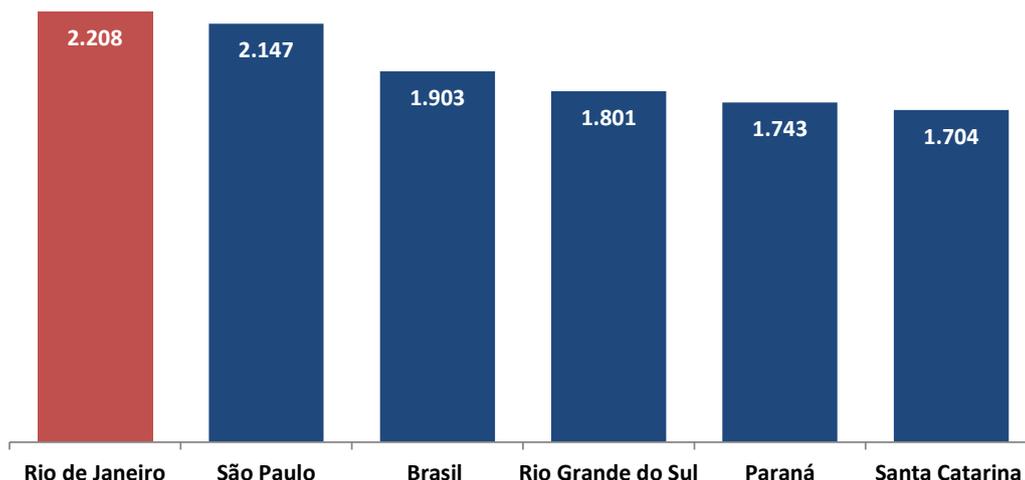
Fonte: Elaboração FIRJAN com dados das Assembleias Legislativas estaduais.

¹ O Piso de Santa Catarina foi instituído em 2010.



Dado que o piso salarial serve como referência para os salários praticados no mercado, naturalmente, o crescimento do piso fluminense acima dos demais estados refletiu sobre os salários dos trabalhadores com carteira assinada. Assim, em 2012, o Rio de Janeiro já registrava o maior salário médio do Brasil, 3% maior que o praticado em São Paulo e 16% superior ao salário médio brasileiro, a despeito de não ser a principal economia do país.

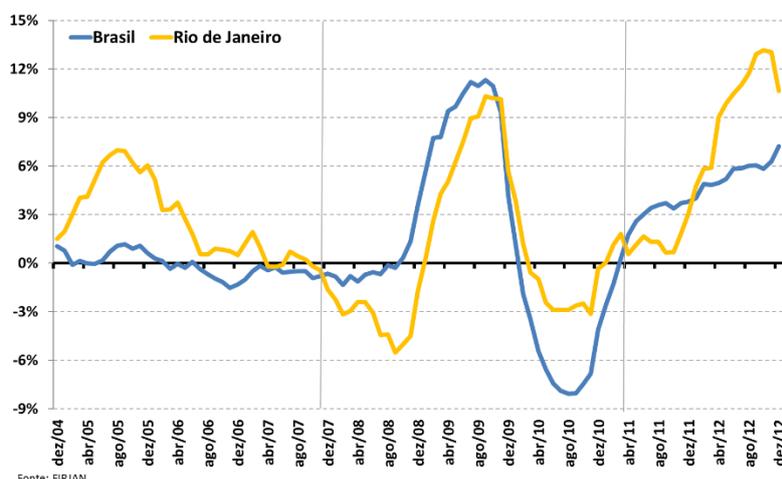
Gráfico 2 Remuneração Média dos Trabalhadores com Carteira Assinada- 2012



Fonte: Elaboração Firjan com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/2012

Caso o crescimento dos salários tivesse sido acompanhado pelo aumento da produtividade, não haveria elevação de custos. Mas não foi este o caso, pelo contrário. É o que evidencia a evolução do chamado Custo Unitário do Trabalho (CUT), indicador que mede o custo da mão de obra por unidade produzida, com base na relação entre o custo da hora trabalhada e a produtividade. O gráfico abaixo mostra que a expansão do CUT no estado do Rio acompanhou a dinâmica nacional até 2011. Em 2012, entretanto, o custo do trabalho disparou no estado, descolando do Brasil ao apresentar o maior crescimento anual da série histórica (10,6%) - gráfico.

Gráfico 3 Custo Unitário do Trabalho da Indústria de Transformação - Variação real em 12 meses-

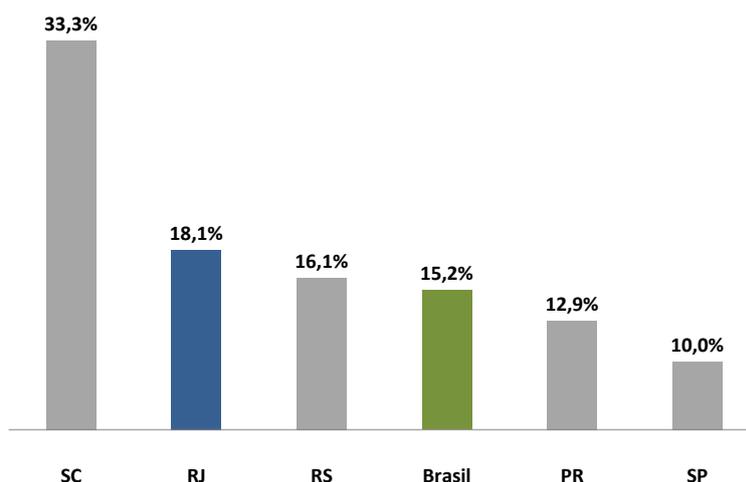


Fonte: FIRJAN



Na prática, o forte aumento do CUT no estado do Rio significa redução da competitividade da indústria fluminense frente aos concorrentes estaduais, pela simples lógica de que uma vez com custos de produção maiores, mais caro ficará o produto final. A comparação com outros estados não deixa dúvidas quanto a isso: entre os estados que adotam piso regional, o Rio de Janeiro apresentou o segundo maior crescimento do CUT, no período 2007 a 2012.

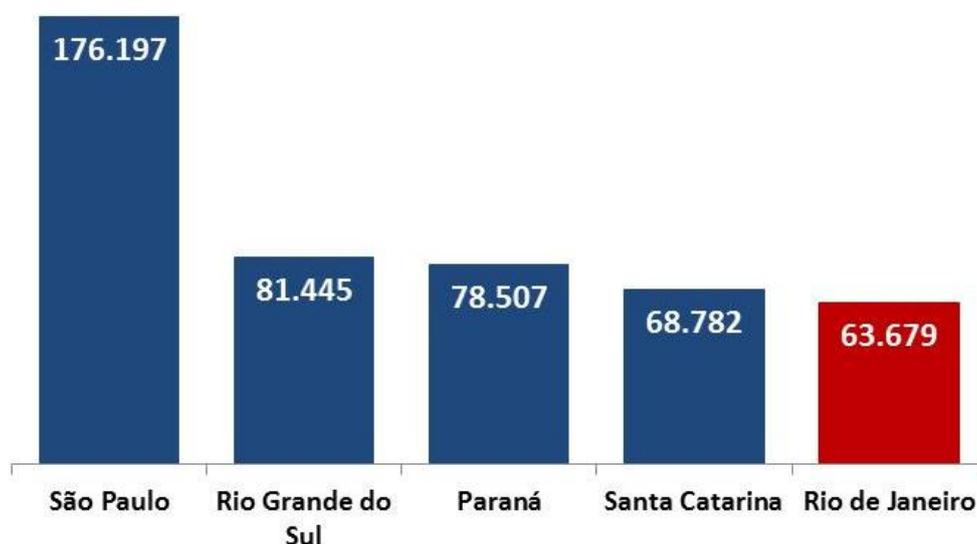
Gráfico 4 Custo Unitário do Trabalho da Indústria de Transformação



Fonte: Elaboração FIRJAN, com dados do IBGE.

Nesse cenário, o mercado de trabalho fluminense vem desacelerando, registrou em 2013² o pior resultado em termos de geração de empregos dos últimos 13 anos. Entre os estados que possuem pisos regionais, o Rio de Janeiro foi o que menos gerou empregos em 2013. Para se ter uma ideia, o Rio gerou menos vagas do que Santa Catarina, apesar de ter um mercado de trabalho duas vezes maior.

Gráfico 5 Geração de Emprego Formal – Acumulado 2013



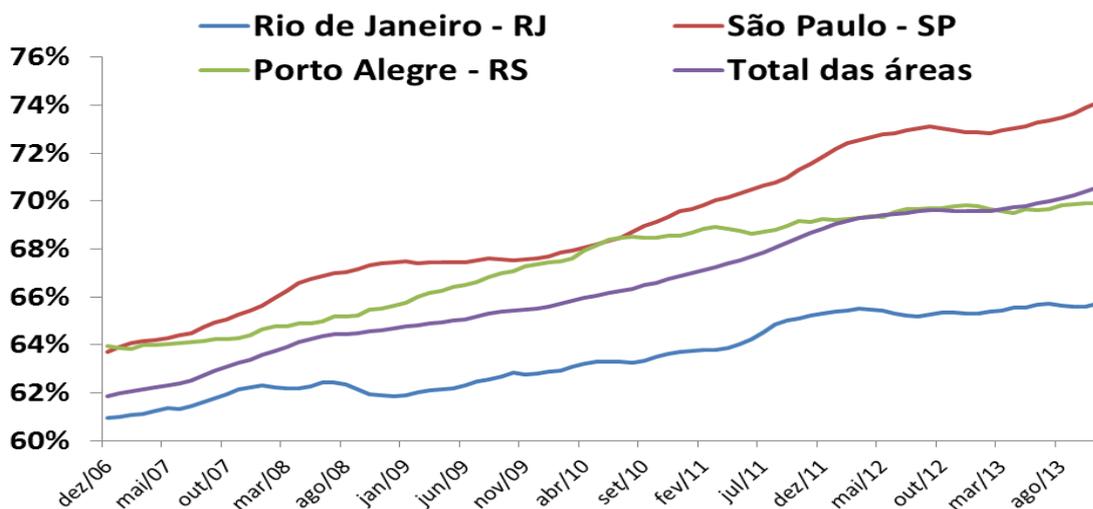
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, CAGED/2013

² De acordo com a série sem ajustes do CAGED/MTE.



Além da menor geração de empregos, o piso salarial também exerce influência sobre a formalização da mão-de-obra nos estados. Como pode ser visto no gráfico abaixo, apesar de crescente, a região metropolitana do Rio de Janeiro é a que tem a menor taxa de formalização da mão-de-obra. É também a que menos evoluiu ao longo dos anos, na comparação com os demais estados que também possuem pisos regionais. Sem dúvida nenhuma, a fixação de um piso regional acima das possibilidades locais é um grande desincentivo à formalização.

Gráfico 6 Percentual de Empregos Formais



Fonte: Elaboração Firjan com dados da Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE

A constatação de que o estado do Rio registrou nos últimos anos o maior reajuste do piso regional e de que tem hoje os mais altos salários do Brasil permite concluir que a atual política fluminense de reajustes não tem cumprido seu objetivo principal, que é o de corrigir os desequilíbrios entre as unidades da federação, dando a possibilidade de estados com mais condições fixarem pisos mais elevados. Pelo contrário, a política de reajuste adotada nos últimos anos (ou a falta dela) tem causado graves distorções, com inegáveis impactos negativos sobre a geração de empregos formais. Por isso, no momento em que o mercado de trabalho registra a menor geração de empregos dos últimos 13 anos, mais do que nunca, é imprescindível que a definição do piso salarial de 2014 seja norteadada pela racionalidade.

EXPEDIENTE: FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Av. Graça Aranha, 01 – Centro - CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro. **Presidente:** Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; **Diretor Geral do Sistema FIRJAN:** Augusto Franco Alencar; **Diretora de Desenvolvimento Econômico e Associativo:** Luciana de Sá; **Gerente de Economia e Estatística:** Guilherme Mercês; **Equipe Técnica:** Jáilson Silveira, Tatiana Sanchez, Jonathas Goulart, Marcio Afonso, William Figueiredo, Marcelo Nicoll, Carolina Neder, João Paulo Alter, Alexandre Gomes. Contatos: tel (21) 2563-4289, e-mail: economia@firjan.org.br Visite nossa página na internet: <http://www.firjan.org.br/economia>